

MÉTODO E CAUSALIDADE EM SCHOPENHAUER E KANT

KANT AND SCHOPENHAUER ON METHOD AND CAUSALITY

Renato Cesar Cani¹

RESUMO:

As filosofias de Schopenhauer e Kant se interconectam em diversos pontos. Meu objetivo é mostrar como boa parte das críticas à filosofia kantiana presentes em *O Mundo como Vontade e Representação* pode ser mais bem compreendida como uma divergência metodológica. Nesse sentido, sigo a sugestão de Paul Guyer (1999), para quem Schopenhauer produz uma “filosofia transcendental sem argumentos transcendentais”. Com efeito, tentarei mostrar que Schopenhauer aceita o núcleo da filosofia transcendental kantiana, qual seja, o fato de que nosso conhecimento representativo é determinado por espaço, tempo e causalidade; no entanto, o autor fundamenta tais princípios por um método direto, sem recorrer às deduções transcendentais de Kant. Nesse texto, analisarei o modo como os autores fundamentam de modo divergente a lei de causalidade. Com isso, pretendo explicitar a *virada metodológica* de Schopenhauer como a raiz das diferenças mais amplas entre os dois projetos filosóficos.

Palavras-chave: Schopenhauer; Kant; Método; Causalidade.

ABSTRACT:

Kantian and Schopenhauerian philosophies are connected in many ways. My aim is to show how some of the criticisms to Kantian philosophy in *The World as Will and Representation* can be better understood as a methodological divergence. In this sense, I follow Paul Guyer's (1999), according to whom Schopenhauer elaborates “transcendental philosophy without transcendental arguments”. Indeed, I will try to show that Schopenhauer accepts the core of Kantian transcendental philosophy, namely the fact that our representative knowledge is determined by space, time and causality; nevertheless, the author grounds such principles by a direct method, without mentioning Kantian transcendental deductions. In this text, I will analyze how both authors grounds the causality law in different ways. Doing so, I intend to emphasize Schopenhauer's *methodological turn* as the root of wider differences between both philosophical projects.

Keywords: Schopenhauer; Kant; Method; Causality.

Considerações iniciais

“Kant é comparável a uma pessoa que mede a altura de uma torre pela sua sombra; eu, porém, assemelho-me a alguém que aplica a mensuração diretamente à torre.”

(Arthur Schopenhauer, *O Mundo como Vontade e como Representação*, I, 537).

Em *O Mundo como Vontade e como Representação*, Schopenhauer é pródigo em citações e menções à filosofia de Kant. Além disso, a referida obra é seguida por um Apêndice intitulado *Crítica da filosofia kantiana*, em que o autor destaca o que julga serem os méritos e os erros de Kant. Assim, meu artigo visa a explorar as aproximações e divergências entre esses dois filósofos a partir de um viés específico, qual seja, a questão do *método da*

¹ Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR/CAPES). E-mail: renatocani@gmail.com

filosofia. Tendo em vista que as filosofias de Kant e Schopenhauer se cruzam de diversas maneiras, compreendemos que a delimitação da discussão em torno da divergência metodológica entre ambos os projetos filosóficos possibilita capturar, de maneira precisa, o modo como Schopenhauer é, ao mesmo tempo, um continuador e um opositor da filosofia kantiana.

Com efeito, Schopenhauer aceita o núcleo da filosofia transcendental kantiana, segundo a qual as categorias de espaço, tempo e causalidade aparecem como condições de possibilidade do conhecimento via representação. Conforme a argumentação posta em marcha na “Analítica Transcendental” da *Crítica da Razão Pura*, os conceitos puros do entendimento (entre eles o de causalidade) remetem-se ao modo como construímos a experiência, mas não necessariamente refletem a estrutura da realidade nela mesma. Nesse sentido, Kant compreende que a constituição de objetos na representação (na experiência, para atermo-nos aos termos kantianos) depende do entendimento, que “reúne o diverso” presente nos dados da intuição mediante conceitos. Em última análise, o método kantiano centra-se nos *argumentos transcendentais* que visam a estabelecer a validade objetiva das categorias do entendimento e, assim, determinar os *limites* do conhecimento. Em contrapartida, Schopenhauer afirma que a determinação de objetos na representação não requer conceitos, mas é dada pela própria intuição empírica.² Os conceitos (que Schopenhauer atribui à razão, e não ao entendimento) aparecem somente posteriormente, a fim de definir e classificar os objetos (já determinados pela intuição) mediante o pensamento abstrato (discursivo). Desse modo, o autor sugere que há *dois modos distintos* de conhecimento: (a) por meio da Representação – segundo as relações espaciais, temporais e causais entre os objetos – e (b) por meio da Vontade – que nos permite acessar “o conhecimento mais íntimo da essência da natureza” (MVR, I 130).

Em minha análise, explorarei a distinção metodológica entre *filosofia transcendental* e *argumentos transcendentais*, sugerida por Paul Guyer (1999). Segundo o autor, a filosofia de Schopenhauer é transcendental no sentido de que esta assume que as condições de possibilidade da experiência (representação) são dadas *a priori*, notadamente pelas categorias de espaço, tempo e causalidade. No entanto, Schopenhauer não se compromete com as implicações dos argumentos transcendentais de Kant, que têm como consequência o fato de

² Como explica Cacciola, o “diverso” não é reunido fora da intuição (como considera Kant), mas nela própria: “[...] de acordo com Schopenhauer, este diverso já se apresenta ligado na própria intuição empírica, pois o modo de ser do espaço e do tempo, formas *a priori* de toda intuição, é a continuidade das suas partes e momentos, já que ambos estão submetidos ao princípio de razão do ser (refere-se ao modo de ser do tempo e do espaço).” (CACCIOLA, 1983, p. 94)

que as condições de possibilidade da experiência *circumscrevem* o âmbito do conhecimento possível.³ Com efeito, é essa distinção metodológica que permite a Schopenhauer introduzir o conhecimento da Vontade, que se dá sem a mediação do princípio de razão e, portanto, situa-se para além do campo da experiência possível, como Kant a compreendia. Em última análise, o que estamos chamando de *método* é o modo de apresentar e sustentar os argumentos filosóficos acerca de como se dá o nosso conhecimento. Desejo explorar, assim, a acusação de Schopenhauer a Kant de que este aplica sua argumentação transcendental às “sombras” dos objetos, em vez de dirigir a reflexão “diretamente” aos próprios objetos, como sugere a epígrafe deste artigo.

A fim de sistematizar minha argumentação, seguirei o seguinte percurso. Na seção 1, buscarei explicitar o sentido e o alcance daquilo que Kant compreende por provas ou argumentos transcendentais, tomando como exemplo o argumento da Segunda Analogia da Experiência, na qual o autor busca fundamentar o princípio de que “tudo o que acontece tem uma causa”. Na seção 2, explorarei o modo como Schopenhauer considera dispensáveis as deduções transcendentais efetuadas por Kant, visto que o autor defende um método “direto” ou “intuitivo” para acessar as condições *a priori* da representação.⁴ Além disso, farei um contraponto entre a noção de causalidade defendida por Schopenhauer a noção derivada da Segunda Analogia. Na seção conclusiva, tecerei algumas considerações a respeito dos diferentes métodos utilizados por Kant e Schopenhauer, sinalizando para a introdução do conhecimento da Vontade como consequência dessa *virada metodológica* feita pelo autor de *O Mundo*.

1. Dedução transcendental e experiência possível segundo Kant

A questão fundamental que dirige a investigação da *Crítica* é a pergunta pelas condições de possibilidade de juízos sintéticos *a priori*. O conceito de sintético opõe-se ao de

³ Nas palavras de Guyer: “Schopenhauer adotou a ideia kantiana segundo a qual possuímos *conhecimento transcendental* das condições de possibilidade fundamentais da experiência, mas não aceitou a ideia kantiana de que tal conhecimento transcendental é baseado no que Kant denominou *provas transcendentais* ou no que hoje chamamos de *argumentos transcendentais*; e, portanto, ele [Schopenhauer] também não se considerou limitado pelas conclusões acerca dos *limites* do nosso conhecimento, inferidas por Kant a partir de seus argumentos transcendentais, como ele os entendia.” (GUYER, 1999, p. 94 – tradução minha).

⁴ A esse respeito, no mesmo parágrafo que contém o trecho escolhido como epígrafe deste trabalho, lemos: “Uma diferença essencial entre o método de Kant e aquele que sigo reside no fato de ele partir do conhecimento mediato, refletido, enquanto eu, ao contrário, parto do conhecimento imediato, intuitivo. [...] Ele salta por cima deste mundo todo que nos cerca, intuitivo, multifacetado, rico de significação, e atém-se às formas do pensamento abstrato.” (MVR, I 537).

analítico; o de *a priori*, ao de empírico. Desse modo, juízos analíticos são aqueles cujas condições de verdade dependem apenas do significado dos próprios termos, tais como as proposições da Lógica; juízos sintéticos, em contrapartida, demandam um terceiro elemento (*tertium quid*) responsável pela síntese propriamente dita. A atividade de *síntese*, que fundamenta o conhecimento, é definida por Kant como “o ato de juntar, umas às outras, diversas representações e conceber a sua diversidade num conhecimento” (CRP, A77/B103). No caso de juízos sintéticos empíricos, o elemento responsável pela síntese é a própria experiência, de modo que tais juízos são contingentes. Por outro lado, os juízos sintéticos *a priori* são necessários justamente porque a síntese é feita pelo que Kant chama de “conceitos puros do entendimento”, ou simplesmente *categorias*.⁵ As categorias conferem necessidade aos juízos sintéticos *a priori* propriamente porque consistem em princípios transcendentais, isto é, condições sem as quais o conhecimento se tornaria impossível. Kant acredita que é possível deduzir as categorias do entendimento por meio de um tipo particular de raciocínio, denominado por ele como *deduções* ou *provas transcendentais*.

Segundo Kant, as deduções transcendentais estabelecem tanto a legitimidade quanto a necessidade dos conceitos puros do entendimento. Argumentar em favor da legitimidade é relevante “porque não bastam as provas da experiência para legitimar a sua aplicação, é preciso saber como se podem reportar a objetos que não são extraídos de nenhuma experiência.” (CRP, A85/B117) Como as categorias são *a priori*, precedem qualquer experiência, a reflexão acerca da sensibilidade (ou das intuições sensíveis) é insuficiente para deduzir as categorias. Para Kant, além de legítimas, as categorias são necessárias devido ao fato de que “um objeto só pode ser pensado graças a elas.” (CRP, A97)⁶ Sendo o entendimento definido como o responsável pelo ato de julgar, tais deduções consistem em argumentos baseados em reflexões acerca dos juízos. O que nos interessa, de modo particular, é compreender tais *argumentos transcendentais* como a principal característica do método kantiano de filosofar, a fim de, na seção seguinte, contrapor tal método filosófico àquele proposto por Schopenhauer. Nesse sentido, convém enfatizar que, na filosofia kantiana, a

⁵ Segundo Kant, há doze tipos possíveis de juízo, divididos em quatro conjuntos (quantidade, qualidade, relação, modalidade). À tábua dos juízos (CRP, A70/B95) corresponde a tábua das categorias (CRP, A80/B106). Desse modo, a partir da reflexão acerca dos juízos (e, em última análise, acerca do entendimento), Kant espera demonstrar a correspondência de um princípio formal (categórico) próprio a cada tipo de juízo.

⁶ Nessa passagem, “pensar” um objeto significa, a rigor, “determinar” um objeto. Como veremos no argumento da Segunda Analogia da Experiência, a mera percepção (intuição sensível) mantém indeterminadas as relações entre os fenômenos, visto que a imaginação pode combiná-los de modos distintos. Na seção 3, mostraremos que Schopenhauer considera absurda tal afirmação, visto que o “pensamento” (a aplicação dos conceitos da razão) só ocorre depois que o objeto já está determinado pela intuição.

intuição sensível não fornece as condições de possibilidade (formais) da experiência, isto é, os meios de constituir objetos determinados. Tais condições são dadas somente pelo entendimento.⁷

A fim de explicitar a aplicação dos argumentos transcendentais kantianos, passemos à análise da Segunda Analogia da Experiência, na qual Kant busca demonstrar a validade da regra segundo a qual “todas as mudanças acontecem de acordo com o princípio da ligação de causa e efeito” (CRP, A189/B232). As três “Analogias da Experiência” fazem parte da exposição dos princípios sintéticos do entendimento puro.⁸ Tais princípios fornecem *regras* para a aplicação da tábua das categorias. Em particular, a Segunda Analogia consiste num princípio do entendimento para conferir *objetividade* à sucessão temporal, isto é, trata-se da explicitação do modo como a categoria de causalidade deve ser aplicada às percepções que se sucedem no tempo. Em outros termos, o tempo (forma pura e *a priori*) possibilita diferentes intuições (percepções); entretanto, Kant argumenta que “pela simples percepção fica indeterminada a *relação objetiva* dos fenômenos que se sucedem uns aos outros.” (CRP, B234) Ora, dado que não temos acesso ao tempo em si (isto é, o tempo pertence ao aparato cognitivo do sujeito somente como *forma*), Kant afirma que a imaginação poderia ligar diferentes percepções de modo arbitrário. Ou seja, dados dois estados de um mesmo objeto (por exemplo, A e B), só podemos conhecer esse evento (acontecimento, mudança de estado) se determinarmos objetivamente a ordem dos estados A e B. A *irreversibilidade* da sucessão – isto é, o fato de que o estado A precede o estado B, e não o oposto – é dada por uma regra do entendimento, que converte a mera sequência em *ordem* (determinada). A regra que confere irreversibilidade à sucessão não é outra senão aquela segundo a qual “a causa determina o efeito no tempo, como sua consequência” (CRP, B234). Logo, Kant caracteriza o conceito de causa como o “fundamento da própria experiência” (CRP, B241), no sentido de que o conhecimento só é possível mediante a aplicação desse princípio à intuição (que, sozinha, não determina objetos).

⁷ Numa passagem “Analítica dos Conceitos” que prepara a dedução transcendental das categorias, lemos: “Ora, toda a experiência contém ainda, além da intuição dos sentidos, pela qual algo é dado, um *conceito* de um objeto, que é dado na intuição ou que aparece; há, pois, conceitos de objetos em geral, que fundamentam todo o conhecimento da experiência, como suas condições *a priori*; consequentemente, a validade objetiva das categorias como conceitos *a priori*, deverá assentar na circunstância de só elas possibilitarem a experiência (quanto à forma do pensamento).” (CRP, A93/B126)

⁸ Kant divide os princípios sintéticos do entendimento puro em princípios matemáticos (os “Axiomas da intuição” e as “Antecipações da percepção”) e princípios dinâmicos (as “Analogias da experiência” e os “Postulados do pensamento empíricos em geral”). Enquanto os primeiros determinam objetos com absoluta necessidade, os segundos determinam a *regra* mediante a qual os objetos serão determinados numa experiência particular. Ver (CRP, A160/B199).

Assim, fica estabelecido o modo como a argumentação transcendental de Kant – notadamente no caso da Segunda Analogia da Experiência – visa a estabelecer os limites do conhecimento possível. Nesse sentido, o autor considera que o mero escrutínio acerca das nossas representações não fundamenta o nosso conhecimento de objetos; esse conhecimento já pressupõe a síntese das intuições mediante conceitos do entendimento (cf. GUYER, 1999, p. 115). Henry Allison (1983), no seu comentário a Segunda Analogia, considera que o caráter transcendental da argumentação kantiana reside na pergunta pela possibilidade de representar a sucessão objetiva na consciência. Desse modo, o autor afirma que não se trata de pensar a sucessão subjetiva (a sucessão das representações na consciência) como um dado *a partir do qual* se infere a sucessão objetiva. Nas palavras de Allison: “Portanto, o que Kant está tentando dizer aqui [na Segunda Analogia] é que se tudo o que tivéssemos fosse nossa ordem subjetiva indeterminada, não seríamos capazes de representar qualquer ordem temporal.” (ALLISON, 1983, p. 218 – tradução minha) Afinal, se a objetividade da sucessão fosse inferida a partir da subjetividade, não teria validade objetiva. A objetividade (e, em última análise, a necessidade) é legitimada pelo fato de que, supondo que a regra em questão não fosse válida, “teríamos apenas um jogo de representações, que não se referiria a qualquer objeto.” (CRP, A194/B239) Tal conclusão é, precisamente, o núcleo do *argumento transcendental* que buscamos enfatizar. Na seção seguinte, tentarei mostrar o modo como Schopenhauer se apropria e se afasta da concepção kantiana mediante uma crítica de cunho metodológico.

2. Intuição e conhecimento imediato em Schopenhauer

Nesta seção, buscarei demonstrar que embora Schopenhauer aceite o caráter *a priori* e transcendental dos princípios kantianos de espaço, tempo e causalidade, o autor não concorda com o método argumentativo de Kant para postulá-los. Segundo Schopenhauer, atingimos a compreensão desses princípios de modo direto e imediato, e não mediante uma dedução transcendental. Dito de outro modo, os dois autores apresentam diferentes caminhos para investigar as condições de possibilidade da experiência (em termos kantianos) ou, nas palavras de Schopenhauer, fundamentar as “expressões abstratas das formas necessárias e universais do conhecimento” (MVR, I 81). Em última análise, o autor de *O Mundo* argumenta que o processo de fundamentação da verdade do conhecimento só pode ser apreendido

mediante a consciência *imediata* das formas mediante as quais ocorre a intuição; logo, essa compreensão não se dá mediante a reflexão sobre princípios abstratos, como pretendia Kant. É nesse sentido que podemos compreender a epígrafe deste artigo, na qual Schopenhauer compara Kant a alguém que se ocupa das sombras dos objetos, em vez de dirigir sua análise aos objetos mesmos. Maria Lúcia Cacciola explica essa comparação nos seguintes termos:

Assim, ao pretender, através da ‘unidade sistemática da razão’, dar ao conhecimento empírico um fio condutor, nós o estaríamos afastando de sua verdadeira fonte, que é o mundo imediato e intuitivo, e preferindo as sombras dos objetos aos objetos mesmos. (CACCIOLA, 1983, p. 101).

A unidade sistemática de que fala Kant é a ideia de que a faculdade da razão necessariamente dirige a investigação do entendimento segundo um interesse, qual seja, o de organizar suas determinações numa *arquitetônica*. Tanto a disposição formal das partes da arquitetônica como a relação entre elas são dadas *a priori*. Desse modo, o conteúdo desse sistema é preenchido pela aplicação dos esquemas do entendimento (como o da causalidade, discutido na seção anterior). Schopenhauer declara que a exposição kantiana desses esquemas é notória por sua obscuridade, sendo que “ninguém até hoje compreendeu alguma coisa nele” (MVR, I 533). Logo, a origem dos erros de Kant parece residir no que Schopenhauer considera uma extrema obsessão pela simetria, que faz o autor da *Crítica* ignorar a intuição em detrimento da decisão antecipada de conformar toda a experiência a um princípio abstrato. Na objeção à categoria kantiana de comunidade, por exemplo, Schopenhauer considera que a dedução desse princípio consiste em “um exemplo bem gritante dos atos de violência que Kant às vezes se permitiu contra a verdade, meramente para satisfazer seu prazer pela simetria arquitetônica.” (MVR, I 544) Com efeito, das doze categorias kantianas, Schopenhauer conserva apenas uma (a de causalidade); no entanto, apesar de conservá-la, o ponto que gostaríamos de enfatizar nesse trabalho é o modo divergente como os autores *fundamentam* o caráter *a priori* da causalidade.

O método “direto” proposto por Schopenhauer tem como base a distinção entre duas formas fundamentais de representação: a intuitiva e a abstrata. A primeira é classificada como “imediata, autossuficiente e que se garante a si mesma” (MVR, I 41), ao passo que a segunda pode ser definida como representação *das representações* (intuitivas). Portanto, a razão forma conceitos por meio da *reflexão* acerca das representações intuitivas, imediatas. A representação abstrata pressupõe, pois, o conteúdo das intuições empíricas. Segundo

Schopenhauer, o entendimento compreende as formas de espaço, tempo e causalidade, por meio das quais as intuições são formadas. Enquanto Kant classifica o entendimento como uma faculdade que sintetiza o “objeto indeterminado da intuição empírica”, Schopenhauer afirma que a intuição já é *determinada em si mesma*, visto que tanto a causalidade quanto o próprio entendimento não estão separados da intuição.⁹ Na seção §8 de *O Mundo*, lemos: “Da mesma forma que o entendimento possui só UMA função, o conhecimento imediato da relação de causa e efeito, a intuição do mundo efetivo; [...] também a razão possui apenas UMA função, a formação de conceitos.” (MVR, I 46) Nesse sentido, Barboza chama o método schopenhaueriano de *despotenciação da razão*, visto que os conceitos (produtos do intelecto) encontram-se mais afastados do mundo do que as intuições imediatas (cf. BARBOZA, 2003, p. 27-28). Logo, embora a razão possibilite a própria ciência, a poesia e o Estado, também torna possíveis as superstições e os erros.

Com efeito, Schopenhauer condena Kant por não ter fornecido qualquer teoria acerca da origem das intuições empíricas, tratando-as como algo simplesmente *dado*, identificado-as, por fim, com a própria sensibilidade. Por isso, Schopenhauer acredita que o autor da *Crítica* não foi capaz de distinguir corretamente entre o conhecimento abstrato (discursivo) e o intuitivo, confusão que “espalha uma profunda sombra sobre toda a teoria kantiana da faculdade de conhecimento” (MVR, I 562). A concepção de Kant segundo a qual a mera intuição não consiste em conhecimento do objeto, visto não ter passado pela determinação dos conceitos puros do entendimento, é classificada por Schopenhauer como uma “monstruosa afirmação”. Ao contrário de Kant, Schopenhauer acredita ter explicitado claramente as fronteiras entre intuição e razão, de modo que, na sua visão, o pensamento abstrato é aplicado à percepção; todavia, o conhecimento dos objetos por meio da percepção *não depende* desses conceitos. É nesse sentido que podemos compreender a metáfora da “natureza feminina” da razão, que “só pode dar depois de ter recebido” (MVR, I 59). Para o autor de *O Mundo*, parece absurdo pensar a existência de conceitos antes das representações intuitivas.

Dito isso, temos condições de contrapor a compreensão de causalidade de Schopenhauer àquela derivada da Segunda Analogia da Experiência, discutida na seção

⁹ Desse modo, Schopenhauer considera o conhecimento das relações de causa e efeito como a única função do entendimento, o que se coaduna com sua rejeição das demais categorias kantianas. É nesse sentido que se pode dizer que a intuição é também intelectual. “O correlato subjetivo da matéria, ou causalidade, pois ambas são uma coisa só, é o ENTENDIMENTO, que não é nada além disso. Conhecer a causalidade é sua função exclusiva [...]. A primeira e mais simples aplicação, sempre presente, do entendimento é a intuição do mundo efetivo. Este é, de fato, conhecimento da causa a partir do efeito; por conseguinte, toda intuição é intelectual.” (MVR, I 13)

anterior. De acordo com Guyer, a diferença entre Schopenhauer e Kant, no que tange à causalidade, remete à controvérsia mais ampla entre os seus métodos: fenomenológico e transcendental, respectivamente.¹⁰ Para Kant, o conhecimento da ordem causal requer o conhecimento de leis causais. Segundo Schopenhauer, como vimos, esse conhecimento é dado imediatamente, visto que “a essência da matéria consiste no fazer-efeito, e esta é absolutamente causalidade” (MVR, I 528). Dito de outro modo, a dedução transcendental posta em marcha por Kant visa a demonstrar que a determinação de acontecimentos numa ordem temporal fixa só pode ser obtida pela aplicação da categoria de causalidade ao domínio das intuições (percepções); logo, as condições de possibilidade da objetividade não se encontram na intuição, mas no entendimento que opera mediante conceitos. Em contrapartida, Schopenhauer considera que as representações intuitivas constituem objetos determinados justamente porque o princípio de causalidade é intuído imediatamente, isto é, o próprio conteúdo da percepção se dá enquanto causalidade (mudança); não há conhecimento da representação que não seja conhecimento da causalidade. “Eis por que o conhecimento da maneira de fazer efeito de um objeto intuído o esgota como objeto mesmo, isto é, como representação, fora da qual nada resta dele para o conhecimento.” (MVR, I 17) Lembremos que, segundo Schopenhauer, o entendimento já está presente na intuição.¹¹

Em última análise, considerar o entendimento como faculdade intuitiva faz com que o caráter *subjetivo* da causalidade seja admitido por Schopenhauer sem dificuldades. Desse modo, o autor não considera necessário subscrever a obscura argumentação transcendental da Segunda Analogia da Experiência, mediante a qual Kant espera mostrar que as relações de

¹⁰ Guyer chama de “método fenomenológico” precisamente aquilo que temos denominado método “direto” ou “intuitivo”, ou o que Barboza denomina “intuicionismo”. Em última análise, trata-se da compreensão schopenhaueriana segundo a qual as condições da representação são imediatamente dadas pela própria consciência das intuições, diferentemente de Kant, que deriva tais condições da análise de formas puras abstratas. Apesar das diferenças entre Schopenhauer e Kant, Guyer acredita que “um olhar mais atento à visão de Schopenhauer mostrará, contudo, que apesar de sua insistência nos fatos fenomenológicos aos quais Kant dá pouca atenção, há menos diferença entre suas posições do que parece num primeiro momento.” (GUYER, 1999, p. 120) De nossa parte, tendemos a considerar o oposto: a diferença metodológica na fundamentação dos princípios de espaço, tempo e causalidade (princípio de razão) – que pode ser considerada discreta num primeiro momento – gera profundas consequências no pensamento de Schopenhauer, que o afastam de Kant em grande medida. Basta considerar os campos da Ética e da Estética, que não serão abordados pela nossa exposição.

¹¹ Cacciola explica do seguinte modo a diferença entre Schopenhauer e Kant no que tange às condições de objetividade da representação: “[...] para determinar um objeto, na filosofia kantiana, é necessário que sejam aplicados os conceitos puros do entendimento às intuições possíveis. Em contrapartida, para Schopenhauer, a intuição empírica é diretamente objetiva e, quando nos movemos no ‘pensar’, já abandonamos as coisas individuais e nos encontramos do domínio puramente conceitual.” (CACCIOLA, 1983, p. 93)

causa e efeito são conhecidas por nós como *relações objetivas*.¹² Nesse sentido, a lei de causalidade schopenhaueriana só pode ser considerada *a priori* num outro sentido, segundo o qual esta corresponde a uma determinação subjetiva da produção de *representações*.¹³ Desse modo, Schopenhauer considera que a obscuridade da argumentação kantiana seria dissipada “pela clareza de consciência que nos lembraria que a lei de causalidade é de origem subjetiva, tanto quanto a sensação dos sentidos mesma” (MVR, I 530). O caráter direto do método schopenhaueriano elimina as longas deduções transcendentais, trivializando-as mediante a mudança de ênfase das formas abstratas para as representações intuitivas.

Considerações finais

A exposição precedente demonstrou o modo como Schopenhauer espera reter as conclusões kantianas acerca do caráter necessário do espaço, do tempo e da causalidade para o conhecimento. No caso específico das relações de causa e efeito, Schopenhauer acredita que a “aprioridade da lei de causalidade” é uma doutrina correta; entretanto, Kant a teria demonstrado de modo incorreto, “portanto fazem parte das conclusões corretas a partir de premissas falsas.” (MVR I, 597) Sem a pretensão de explorar a complexa relação de Schopenhauer com a filosofia transcendental kantiana, buscamos explicitar algumas razões metodológicas que o fazem se afastar de seu predecessor. Como comenta Guyer, a rejeição de Schopenhauer aos argumentos transcendentais faz com que ele defina que a “tarefa da filosofia é caracterizar algo como o processo da nossa experiência em si mesmo” (GUYER, 1999, p. 127). Dito de outro modo, o caminho que leva ao conhecimento filosófico é o caminho da intuição.

Com efeito, essa distinção metodológica “inicial” entre os dois projetos filosóficos acarreta diferenças profundas entre Kant e Schopenhauer. O primeiro defende que nosso conhecimento se encontra limitado pelos conceitos puros do entendimento, cuja necessidade teria sido demonstrada mediante *argumentos transcendentais*. Rejeitando tais deduções como

¹² Para uma exposição mais completa acerca das objeções de Schopenhauer à doutrina kantiana da causalidade, ver Guyer (1999, p. 120-137), bem como a seção §23 da *Quádrupla raiz do princípio de razão suficiente*, tese de doutoramento de Schopenhauer. Aqui, exploramos somente a diferença de método, que, conforme compreendemos, subjaz às objeções particulares.

¹³ Se considerarmos o *a priori* no sentido kantiano, das condições de possibilidade da objetividade, a causalidade schopenhaueriana não é *a priori*, como comenta Cacciola: “Sendo o entendimento uma faculdade intuitiva, não lhe cabem ‘conceitos puros’, mas sua única forma é a lei da causalidade, que não é um *conceito a priori*, mas um dos elementos subjetivos que compõem a representação, tornando possível explicar a relação da sensação com sua causa externa.” (CACCIOLA, 1983, p. 93-94)

desnecessárias e propondo um método centrado nas intuições, Schopenhauer pode argumentar que, se levarmos tal método às últimas consequências, podemos atingir o conhecimento da coisa-em-si, isto é, a Vontade. Kant só considerou a Razão como fonte de conhecimento; Schopenhauer considera também o corpo, que é a primeira intuição imediata. A partir dele, conhecemos a Vontade que se objetiva de diversos modos nos outros corpos. Trata-se de um modo de conhecer que não procede via representação, isto é, não se dá por meio de elaborações conceituais, discursivas, visto que estas alcançam somente o nível do fenômeno, e não do *fundamento* último situado para além deste nível. Enquanto o método kantiano considera que estamos acorrentados ao conhecimento dos fenômenos, Schopenhauer fornece um caminho alternativo capaz de nos projetar diretamente à coisa-em-si.

Referências

ALLISON, H. E. *Kant's transcendental idealism: an interpretation and defense*. New Haven: Yale University Press, 1983.

BARBOZA, J. *Schopenhauer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CACCIOLA, M. L. Schopenhauer e a Crítica da Razão. In: *Revista Discurso*, n. 15, 1983, p. 91-106.

GUYER, P. Schopenhauer, Kant, and the Methods of Philosophy. In: JANAWAY, C. *The Cambridge Companion to Schopenhauer*. New York: Cambridge University Press, 1999, p. 93-137.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Tradução de M. P. dos Santos e A. Morão. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989 [1787]. (CRP).

SCHOPENHAUER, A. *O mundo como vontade e como representação*. Tradução Jair Barboza. São Paulo: UNESP, 2005 [1844]. (MVR).